

No Brasil, não é a extrema direita que rejeita mestiçagem

Rodrigo Perez

Ilustríssima, 7.2.2026

Entre nós, são setores da esquerda que combatem a ideia de miscigenação e defendem identidades estanques

[RESUMO] O debate sobre mestiçagem assume contornos peculiares no Brasil de hoje, analisa professor. Enquanto no cenário global a extrema direita busca uma pretensa pureza racial, que se manifesta politicamente no combate à imigração, por aqui ela se prende à tese de democracia racial para saudar uma suposta relação pacífica de diferentes grupos étnicos e negar a existência do racismo. Por outro lado, setores da esquerda contestam a miscigenação e acionam a narrativa da ancestralidade para ancorar identidades profundamente essencializadas.

23 de julho de 2022. 31º Festival de Verão de Bálványos, Transilvânia, Romênia. O discurso mais esperado do evento seria feito pelo primeiro-ministro da Hungria, [Viktor Orbán, um dos mais importantes líderes da direita radical europeia](#), descrito pela literatura como "autocrata eleitoral".

O convidado subiu ao púlpito aplaudido por cerca de 100 mil pessoas. Figura central na política húngara desde o final dos anos 1980, quando se destacou como líder da oposição à ocupação soviética, Orbán foi eleito pela primeira vez em 1998, governando até 2002. Retornou ao poder em 2010, permanecendo no posto até hoje. Desde então, foram quatro vitórias eleitorais consecutivas.

Orbán se apresenta como idealizador da "democracia iliberal", caracterizada pela preservação de eleições periódicas, em meio a um cenário de restrições das liberdades civis. A pesquisadora Kim Scheppel afirma que a modalidade de legalismo autoritário fundada por Orbán não pode ser definida como uma democracia alternativa ao modelo liberal, mas sim como um regime autocrático que manipula as leis para perpetuar no poder o Fidesz, partido político comandado pelo primeiro-ministro.

Orbán é reconhecido pela retórica violenta com a qual trata o tema da imigração, o que vem sendo um ativo político que ajuda a explicar seu sucesso político/eleitoral. Mas em nenhum discurso anterior [ele havia sido tão agressivo como foi naquele pronunciado](#) em 23 de julho de 2022. Disse Orbán:

"Há um mundo em que os povos europeus se misturam com povos não europeus. Esses países já não são nações. Eles não passam de conglomerados de povos. [...] Nós estamos dispostos a nos misturar uns com os outros, mas não queremos nos tornar povos de raça mista. [...] A migração dividiu a Europa —ou melhor, dividiu o Ocidente— em duas partes. Uma parte é composta por países onde europeus e não europeus vivem juntos. A outra é composta por países que não querem se tornar sociedades pós-nacionais".

Orbán define a mestiçagem como ameaça à identidade nacional, reivindicando a pureza racial como virtude a ser preservada por meio de políticas de controle migratório. O discurso chocou a opinião pública ocidental, tendo sido amplamente criticado em editoriais publicados nos principais veículos da imprensa internacional.

O alarde poderia sugerir que Orbán é uma exceção na geopolítica global, uma experiência isolada de autoritarismo e racismo institucional. Definitivamente, não é. Como identificou [o então deputado brasileiro Eduardo Bolsonaro durante visita à Hungria](#), Orbán "é o melhor exemplo de sucesso de um governo de direita".

A rejeição à mestiçagem e a reivindicação da pureza racial são signos estruturantes do discurso político da extrema direita contemporânea. Donald Trump mobiliza a metáfora do "sangue envenenado" para representar os imigrantes como risco àquilo que considera ser a cultura genuína dos EUA.

[Diz Trump:](#) "Eles estão envenenando o sangue do nosso país. É isso que eles fizeram. Eles envenenam instituições em todo o mundo, não apenas na América do Sul, mas em todo o mundo. Eles estão vindo para o nosso país, da África, da Ásia, de todo o mundo".

É impossível não identificar semelhanças com o vocabulário enunciado por Hitler, associação negada por Trump. Seja como for, se diretamente inspirado ou não no nazismo, o fato é que estamos diante de falas que inspiram violência política. O drama civilizatório não se restringe ao plano da linguagem, mas ganha forma jurídica e institucional.

Em janeiro de 2025, [Trump anunciou um decreto que pretende negar a cidadania para filhos de imigrantes ilegais ou com visto temporário, mesmo que nascidos nos EUA](#). O ato foi alvo de inúmeras contestações na Justiça e ainda não entrou em vigor. Chama atenção como a iniciativa aciona certa concepção de "ancestralidade" baseada na premissa de que "ser americano" é mais do que nascer no território nacional. Seria necessário estar autorizado por uma linhagem considerada genuína.

Em diferentes latitudes, formulações semelhantes podem ser identificadas em outras manifestações da extrema direita global. Tanto em Portugal como na Espanha, o alvo da interdição são os imigrantes de origem muçulmana, enquanto latino-americanos costumam ser tratados com mais benevolência por supostamente pertencerem ao que líderes como Santiago Abascal chamam de "iberossfera".

O partido [Alternativa para a Alemanha \(AFD\)](#), liderado por Alice Weidel, é ainda mais restritivo ao defender a "remigração", ou seja, a deportação em massa não apenas de imigrantes ilegais, mas também de estrangeiros legalizados, mas considerados não assimilados pela cultura alemã.

Na França, o "reagrupamento nacional" liderado por [Jordan Bardella e Marine Le Pen](#) cria dificuldades para o casamento inter-racial, colocando essas uniões sob constante suspeita de serem forjadas por imigrantes criminosos visando a obtenção da cidadania francesa.

Na Índia, o [Bharatiya Janata Party](#) (BJP), partido político do primeiro-ministro Narendra Modi, criou uma ampla legislação que dificulta casamentos entre hindus e muçulmanos. Aqui, a premissa não é a defesa da pureza racial, mas sim da homogeneidade religiosa, definida como fundamental para o fortalecimento nacional.

É interessante como no Brasil essas disputas ganham contornos específicos. O tema da imigração ilegal não está no centro de nossas preocupações coletivas, o que não acontece com a mestiçagem, assunto já muito explorado ao longo da história do pensamento político brasileiro.

Dos letados reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ainda na primeira metade do século 19, chegando até aos cientistas sociais que no final do século 20 foram influenciados pelos estudos pós-coloniais e pelo movimento negro, passando por Nina Rodrigues, Silvio Romero, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

Para uns, a mestiçagem foi definida como estratégia de diluição das heranças raciais consideradas inferiores, um grande projeto de embranquecimento da nação. Para outros, foi tratada como vetor de decadência biológica e moral.

Em Gilberto Freyre, autor mais citado e difamado do que lido e compreendido, a mestiçagem foi positivada e alçada à condição de fundamento da identidade nacional. Florestan Fernandes denunciou a incapacidade dessa ideia em superar as hierarquias oriundas da escravidão.

Cientistas sociais como Antonio Sergio Guimarães, Thomas Skidmore e Abdias do Nascimento identificam a mestiçagem como formulação ideológica pertencente à tese da "democracia racial", cujo objetivo seria negar a existência de racismo no Brasil.

Depois de décadas de relativa hegemonia do enquadramento proposto pelos cientistas sociais pós-coloniais, o tema voltou a ser disputado. Por motivos óbvios, diferente de suas congêneres europeias, a extrema direita brasileira não poderia negar a mestiçagem e reivindicar a pureza racial como virtude.

Em diversas ocasiões, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores a mencionaram para afirmar que o Brasil não possuía tensões raciais legítimas. Em 7 de setembro de 2020, [Bolsonaro disse que](#):

"A identidade nacional começou a se formar com a miscigenação entre índios, brancos e negros. Posteriormente, ondas de imigrantes trouxeram esperanças que haviam perdido em suas terras. [...] O Brasil desenvolveu um senso de tolerância. Os diferentes tornaram-se iguais".

Recentemente, o assunto explodiu de vez na internet, na esteira da [atuação da jovem intelectual pública Beatriz Bueno](#). Em síntese, ela critica a tese sustentada no Estatuto da Igualdade Racial, que coloca pardos e pretos no mesmo grupo/identidade racial: os negros.

Beatriz reivindica especificidade para a identidade parda, pensada como o espectro racial que sintetiza a experiência da miscigenação que atravessa a história do Brasil. O mote para a reflexão é a suposta desigualdade entre pretos retintos e pardos no acesso a direitos, sobretudo à política de cotas.

Baseada em casos de reprovações de pardos nas bancas de heteroidentificação de concursos públicos e vestibulares, Beatriz argumenta que o tratamento de pardos como negros é estratégico para reforçar a interpretação do Brasil formulada pelo movimento negro, segundo a qual a maior parte da população brasileira é formada por negros.

Negros o suficiente para inflar a estatística conveniente, mas não tão negros para passar nas cotas do vestibular e estudar medicina na universidade pública. Os argumentos de Beatriz foram apresentados no livro ["Parditude: Um Guia para te Resgatar do Limbo Racial"](#), recentemente publicado pela editora Planeta.

As reflexões de Beatriz vêm provocando desconforto em setores do ativismo racial influentes nos partidos políticos de esquerda e nas universidades. Os críticos parecem negar a mestiçagem como realidade social concreta, definindo-a como discurso racista, ao mesmo tempo em que costumam reivindicar uma "ancestralidade" africana que seria comum a todos os negros brasileiros.

A temperatura dos conflitos aumentou no final do ano passado, quando Beatriz [foi expulsa do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense \(PPCUT/UFF\), onde cursava o mestrado](#).

Beatriz alega ter sido vítima de perseguição ideológica, enquanto os coordenadores do programa afirmam que ela não cumpriu requisitos regimentais mínimos e que o jubilamento

teve motivação exclusivamente administrativa. Ao que parece, o conflito será levado à Justiça.

Fato é que Beatriz tornou-se alvo de ataques orquestrados na internet que comemoram sua expulsão da universidade, questionam sua competência como pesquisadora e a acusam de atualizar a ideologia da democracia racial, sabotando a luta antirracista.

Essas polêmicas revelam algo interessante sobre a realidade política brasileira: entre nós, são setores da esquerda que negam a mestiçagem e acionam a narrativa da ancestralidade para ancorar identidades profundamente essencializadas.

Desde que seja entendida como vínculo sexual e afetivo estabelecido consensualmente entre pessoas de diferentes grupos étnicos, a mestiçagem é indispensável para toda nação que se pretenda diversa, multicultural e inclusiva.

Negá-la só faz sentido na ficção autoritária que acredita na existência de raças puras e superiores. É algo que precisa ser vigorosamente combatido, em todos os lugares, venha de onde vier.

Rodrigo Perez é Doutor em história social pela UFRJ, com pós-doutorado na Universidade Complutense de Madrid. Professor do departamento de história e do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia